

CIS-COMCAM

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DAS COMUNIDADES DOS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - COMCAM

III. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

III.2. Esta contratação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A exemplo de participação exclusivamente a Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Empresas de Pequeno Porte Individuais (EPI), apose-se nos arts. 4º a 49 do Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014; ou:

III.3. Determina tratamento diferenciado para ME/EPP nas contratações públicas, visando ao melhor preço/condição/qualidade.

III.4. Obriga a Administração a realizar licitação para ME/EPP quando **valor do item ou lote for até R\$ 30.000,00** (art. 48-1) Autoriza, de forma justificada, prioridade de contratação de ME/EPP em caso de empate no preço ou, ainda, diferença de até 10 % sobre o melhor preço válido (art. 48, §1º).

III.5. No âmbito do CIS-COMCAM, aplica-se ainda a legislação municipal de cada ente contratante, que disciplina a política de compras locais e o Prejulgado 27 do TCE-PR, que valida a adoção de reservas de mercado quando há demonstração de interesse público e viabilidade competitiva.

III.6. Para este processo registra-se o LOCAL o fornecedor com sede em município pertencente à comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM e Regional, fornecedor residente no mesmo estado/região do território nacional;

10.8 - Geração de emprego e renda nos municípios consorciados, fortalecendo pequenos negócios e manutenção dos negócios em economia regional.

10.9 - Redução de custos e custos logísticos, já que a proximidade diminui fretes e acelera entregas emergenciais.

10.10 - Suporte técnico imediato e logística reversa facilitada para materiais laboratoriais diversos, reduzindo prazos dos serviços de transporte.

10.11 - Menor pegada de carbono no transporte, alinhada aos ODS 8, 9, 12 e 17 e às diretrizes da GNA (Nacional das Gerências Superações) 2024.


10.12 - Facilidade de identificação cartorial e maior transparência para o controle social do consórcio.

10.13 - O levantamento prevê identificar fornecedores ME/EPP com sede no Município de Campo Alegre, regiões adjacentes, após o super material laboratório orgânicos, confirmando a existência de comércio suficiente para garantir economicidade e evitar desperdício (fórmula anexa).

10.14 - A visita do arcabouço legal, da política pública de desenvolvimento regional e da disponibilidade de fornecedores locais, justifica-se plenamente a exclusividade para ME/EPP com sede no município de Campo Alegre e seus municípios integrantes, assegurando o cumprimento da LC 123/2006 e LC 147/2014, estimula a economia local e maior eficiência operacional e ambiental para o CIS-CEMAM.

11. CATALGO:

11.1. Não será escrita, como condição para a contratação, a apresentação de catálogo técnico dos materiais laboratoriais ofertados pelo licitante vencedor, exceto se a Administração julgar necessário solicitar tal documentação para fins de verificação das especificações técnicas, conforme previsto no Edital.



CIS-COMCAM

CONGREGAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DAS COMUNIDADES
DO MUNICÍPIO DE RESENDA DO CAMPO NOVO - RJ

C O S C A M

19.

Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pelo equipe de apoio, justificadamente, admitir o critério da etapa fechada, caso nenhuma licitante classifique na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

Não serão aceitos atos ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Não há desistência de transações de licitação, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

Não há caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a percepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridos, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no ato eletrônico utilizado para divulgação.

Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, conforme definido neste Edital e seus anexos.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Não há relação a priori não exclusiva para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna

participações, procedendo à comparação com os valores da primeira colocação, se esta for superior ao valor da última colocação, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 121, de 2006.

§ 2º Nessa condição, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) entre a melhor e a pior oferta de cada lote serão consideradas elegíveis com a primeira colocação.

§ 3º A ME ou MEI ou MEII melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta por desamparo, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocação, no prazo de 5 (cinco) minutos contados pelo sistema, contados após a comunicação automática de encerramento da etapa de oferta.


§ 4º Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou ao microempreendedor individual melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados as demais licitantes na condição de ME, MEI ou MEII que se encontrarem na faixa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) entre a melhor e a pior oferta, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

§ 5º No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, a ordem de preferência será a dos subitem anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 6º Não poderá haver empate entre propostas iguais (não sequenciais de lances), ou entre lances iguais da mesma oferta de cada lote de material, ou entre lances iguais de diferentes lotes.

§ 7º Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 8º Persistindo o empate, a proposta vencedora será sortada pelo sistema eletrônico de sorte



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE PÓRTO ALEGRE
C I S - C O M C A M

24.2.0 não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para a assinatura da Ata de Registro de Preço, implicando desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no inciso 13 deste Edital.

24.3 Será incluída na Ata de Registro de Preço, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação da Ata de Registro de Preço, desde que tenham demonstrado, na mesma, a falta de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado na ata, observadas as condições previstas neste Edital.

24.4 Não há impedimento de nenhum dos licitantes cessar a sua participação de registro de preço, a administração pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições oferecidas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

24.5 O prazo de vigência da ata de registro de preço, contado a partir da publicação da extrata da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permaneceram vantajosos.

24.6 Os licitantes reconhecem, desde que a assinatura da Ata de Registro de Preço, do tipo

preços e condições constantes nos Edital e na legislação vigente.

24.7 No interesse da Administração será positado a adesão à Ata de Registro de Preços, conforme preceito no Anexo VII deste Edital.

24.8 Por assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá apresentar a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

24.9 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, bem como deverá proceder a atualização desses preços.

24.10 O preço registrado não poderá ser revogado pelo fornecedor sem a dependência de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-o ao site oficial.

24.11 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA tendo como base o mês de registro e o mês de atualização e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motiva a primeira atualização.


24.12 O ônus dos preços decorre de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser precatório de cobrança direta da data de início da prestação de serviço.

24.13 O transcurso do período citado no item 12.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

25 DO CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

25.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou o contrato ou correja a nota de empenho (ou o instrumento de transferência de crédito) no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação do Edital.

previstas neste edital.



CIS-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - COMCAM

2.6. Em contrapartida, o Pregão Eletrônico nº 02/2023 foi bem-sucedido, sem lances desclassificados, e resultou em uma economia significativa de 39,11%, totalizando R\$ 47.390.21 economizados.

2.7 O sucesso desse processo se deve, em grande parte, à adoção da estratégia de não parcelamento dos lances, que atraiu maior interesse de fornecedores e promoveu uma disputa competitiva. Esse resultado reforça a eficácia do modelo de contratação por lote, uma vez que facilita a gestão logística e garante a entrega de todos os insumos de maneira sincronizada e segura.

2.8 DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE


2.9 Esta contratação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte. A restrição de participação exclusivamente a Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte

Complementar n.º 123/2006, com redação dada pela LC n.º 147/2014, que:

- 2.10 - Determina a tomada de decisão para ME/EPs nas contratações públicas, visando ao desenvolvimento econômico regional;
- 2.11 - Obriga a Administração a realizar licitação especial para ME/EP quando o valor do item no lote for **até R\$ 80.000,00** (art. 48-3);
- 2.12 - Autoriza, de forma justificada, prioridade de contratação de ME/EP sediadas local ou regionalmente, admitindo diferença de até 10% sobre o melhor preço válido (art. 48, §1.º);
- 2.13 - No âmbito do CIS-Compras, aplica-se ainda a legislação municipal de cada ente consorciado que discipline a política de compras locais e o Pregabão 27 do TCE-PR, que valida a adoção de reservas de mercado quando há demonstração de interesse público e viabilidade competitiva;
- 2.14 - Justifica-se a contratação para microempresas e empresas de pequeno porte no aspecto socioeconômico;
- 2.15 - Geração de emprego e renda nos municípios consorciados, fortalecendo pequenos negócios e mantendo tributos na economia regional;
- 2.16 - Redução de prazos e custos logísticos, à que a proximidade diminui fretes e acelera entregas emergenciais.

induzindo paradas dos serviços de saúde.

12 - Menor pegada de carbono no transporte, diluída aos ODS 8, 9, 12 e 17 e às diretrizes da Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024).



CISC-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DAS COMUNIDADES
DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - COMCAM

adequados que garantam a manutenção da temperatura necessária para preservar a qualidade e a eficácia dos produtos.

J) Requisitos de Transporte: O transporte deverá ser feito de forma a garantir que os produtos sejam entregues em condições perfeitas. Para produtos que exijam controle rigoroso de condições ambientais, os veículos deverão ser adequados para tal finalidade, com monitoramento de temperatura e umidade, se necessário.

k) Amostras para Testes: Amostras dos materiais poderão ser solicitadas pelo CISC/CAMCA para fins de teste e análise de conformidade, conforme disposto no Estado Técnico Preliminar. As amostras deverão estar devidamente identificadas e acompanhar os certificados de conformidade e análise.

técnicos e certificados de análise, que atestem a conformidade com as especificações exigidas, bem como com as normas da Anvisa e outras regulamentações sanitárias aplicáveis.

9. MOTIVAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SRP

O Sistema de Registro de Preços justifica-se pelos seguintes motivos:

- Demanda recorrente e variável de materiais laboratoriais ao longo do exercício;
- Redução de custos administrativos, evitando a repetição de processos licitatórios;
- Flexibilidade na aquisição, permitindo que o setor de laboratório requisiite o item conforme necessidade e disponibilidade orçamentária;
- Maior competitividade, uma vez que o pregão eletrônico amplia a participação de fornecedores;
- Controle de estoque, uma vez que com o uso do SRP, é possível acompanhar em tempo real o estoque e saída de insumos, facilitando a gestão de custos, evitando desperdícios, compras excessivas e a falta de materiais críticos.

Todas as solicitações foram registradas de forma documentada e registrada, garantindo maior transparência no uso dos recursos e facilitando auditorias internas e externas.

O SRP representa uma ferramenta que possibilita ao departamento de compras efetuar o

Portanto, a adoção do Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços está alinhada às boas práticas de gestão pública, promovendo maior economicidade, eficiência, transparência e

CIS-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE XX/20XX

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOT E	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XX.XX	XXXX	
X	R\$ XX.XX	XXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOT E	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XX.XX	XXXX	
X	R\$ XX.XX	XXXX	

CIS-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

CIS-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;

1.3. informações inseridas em contratos sociais;

1.4. endereços físicos e eletrônicos;

1.5. estado civil;

1.6. eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. registros de parentesco;

1.8. número de telefone;

1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa, dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 70/2025

REGULAMENTO O PROCEDIMENTO E O FLUXO PARA LICITAÇÃO, PARECER, PARECER E CANCELAMENTO DE NOTAS DE EMPENHO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DE ENGENHEIRO BELTRÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 58 a 61 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos;

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos internos para a realização da despesa pública, garantindo a rastreabilidade e o controle dos atos;

Considerando os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCESP);

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o procedimento administrativo para a solicitação, autorização, emissão, estorno e cancelamento de Notas de Empenho no âmbito dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a prévia emissão da respectiva Nota de Empenho, nos termos do Art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º. O processo de solicitação e emissão de empenho será realizado integralmente por meio do Sistema Eletrônico (software) controlado pelo Município.

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

§ 1º. O sistema deverá garantir o registro, a numeração sequencial única e a plena rastreabilidade de todas as fases da solicitação e autorização.

§ 2º. Todos os documentos que instruem a despesa deverão ser anexados digitalmente ao respectivo processo no sistema ou fisicamente ao empenho.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO E EMISSÃO

Art. 4º. O pedido de empenho será iniciado pelo setor requisitante da despesa (Unidade Requisitante) e deverá ser instruído, obrigatoriamente, com a seguinte documentação mínima, conforme o caso:

I - Requirição formal da despesa, assinada pelo Secretário da Pasta ou autoridade delegada;

II - Indicação da dotação orçamentária a ser onerada;

III - Dados do procedimento licitatório, ata de registro de preços, ou processo de dispensa/registro de preços;

IV - Dados do Contrato, Ordem de Fornecedor ou instrumento equivalente;

V - Parecer jurídico (quando a legislação exigir);

VI - Verificação/comprovação de regularidade fiscal do credor, sempre que necessário.

Art. 5º. O fluxo de emissão da Nota de Empenho obedecerá às seguintes etapas e responsabilidades:

I - FASE 1: SOLICITAÇÃO (Unidade Requisitante). O servidor designado pela Secretaria demandante abre o processo no sistema, anexa a documentação e dados exigidos no artigo 4º do presente decreto e o encaminha ao Ordenador da Despesa da Pasta.

II - FASE 2: AUTORIZAÇÃO (Ordenador da Despesa). O Secretário da Pasta, ou autoridade delegada, analisa a pertinência da despesa, conforme a documentação e autoriza formalmente a realização da despesa, encaminhando o processo ao Setor de Contabilidade.

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

III - FASE 3: CONTROLE ORÇAMENTÁRIO (Setor de Contabilidade). O Setor de Contabilidade verifica a existência de saldo orçamentário e financeiro na dotação indicada, confere a classificação da despesa e atesta a disponibilidade.

IV - FASE 4: EMISSÃO. Após a verificação pela Contabilidade, o servidor responsável pela execução orçamentária emite, através do sistema, a respectiva Nota de Empenho, que deverá ser assinada (digital ou fisicamente) pelo Ordenador da Despesa.

V - FASE 5: CIÊNCIA. A Nota de Empenho emitida é encaminhada formalmente ao credor e anexada ao processo.

CAPÍTULO II
DO ESTORNO E CANCELAMENTO

Art. 6º. O estorno (anulação parcial) ou cancelamento (anulação total) de valores empenhados será realizado nas seguintes hipóteses:

I - Quando a despesa não for realizada e o objeto não for entregue ou executado;

II - Quando o valor empenhado for superior ao valor efetivo da despesa;

III - Quando houver anulação do processo administrativo que deu origem ao empenho;

IV - Outras hipóteses legais, como prescrição, pagamento judicial e etc.

Art. 7º. O procedimento de estorno ou cancelamento será tomado no mesmo processo que originou o empenho, mediante:

I - Justificativa fundamentada do setor requisitante ou do fiscal do contrato, atestando o motivo da anulação;

II - Autorização do Ordenador da Despesa;

III - Registro da anulação no Setor de Contabilidade, com a devida reversão do saldo à dotação orçamentária.

CAPÍTULO IV

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças Públicas e à Controladoria Geral do Município (UCO) expedir, se necessário, instruções normativas complementares para o fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Sidnei Pato, 18 de novembro de 2025.

Admir José Garbin Júnior
Prefeito Municipal

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 73/2025

ESTABELECE OS CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEMANDAS JUDICIAIS E DEFINE O FLUXO DE INFORMAÇÕES PARA SUBSIDIAR O REGISTRO CONTÁBIL, DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de mensurar adequadamente os passivos e provisões no Balanço Patrimonial do Município, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964;

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes);

Considerando a necessidade de subsidiar a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais (LRF, Art. 4º) com informações fidedignas sobre o risco judicial;

Considerando os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCESP);

DECRETA:

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º. Este Decreto estabelece os critérios objetivos para a classificação da probabilidade de perda em demandas judiciais movidas contra o Município, com o objetivo de subsidiar o registro contábil das Provisões (risco provável) e a evidenciação dos Passivos Contingentes (risco possível) pela Secretaria Municipal de Finanças (Setor de Contabilidade).

Art. 2º. Compete à Procuradoria-Geral do Município (PGM), por meio dos Procuradores responsáveis pelas peças, classificar todas as ações judiciais com potencial impacto financeiro, conforme os critérios definidos neste Decreto.

Art. 3º. As demandas judiciais serão classificadas quanto ao risco de perda (resultado desfavorável ao Município) utilizando os seguintes critérios objetivos:

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 73/2025

I - RISCO PROVÁVEL: A probabilidade de perda é superior à probabilidade de êxito (chance > 50%), conforme critérios objetivos de enquadramento abaixo:

a) Existência de jurisprudência consolidada (Súmula ou Precedente Vinculante) desfavorável ao Município sobre o tema;

b) Decisão desfavorável em segunda instância (Tribunal de Justiça) já proferida;

c) Parecer Monico ou jurídico interno que reconheça a alta probabilidade de sucumbência e demais causas;

d) Outros critérios que comprovem a probabilidade de perda, devidamente justificada.

II - RISCO POSSÍVEL: A probabilidade de perda é menor ou igual à probabilidade de êxito (chance <= 50%), conforme critérios objetivos de enquadramento abaixo:

a) Jurisprudência dividida nos tribunais sobre o tema;

b) Processo em fase inicial (ex: aguardando contestação ou instrução) sem elementos suficientes para classificar como provável ou remoto;

c) Decisão favorável ao Município em primeira instância, mas com recurso pendente e chance de reversão;

d) Outros critérios que comprovem a probabilidade de perda, devidamente justificada.

III - RISCO REMOTO: A probabilidade de perda é mínima e insignificante, conforme critérios objetivos de enquadramento abaixo:

a) Jurisprudência consolidada (Súmula ou Precedente Vinculante) favorável ao Município;

b) Ação manifestamente improcedente ou contrária à legislação vigente;

d) Outros critérios que comprovem a probabilidade de êxito.

CAPÍTULO II
DA MENSURAÇÃO E DO FLUXO DE INFORMAÇÕES

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 4º. Além da classificação de risco (Art. 3º), a PGM deverá fornecer ao Setor de Contabilidade a melhor estimativa do valor do impacto financeiro (valor da causa atualizado, valor da condenação provável ou valor de pericla) para todas as ações classificadas como "Provável" ou "Possíveis".

Art. 5º. Fica instituído o "Relatório Consolidado de Demandas Judiciais" como instrumento oficial de comunicação entre a PGM e a Contabilidade.

Art. 6º. O fluxo de informações obedecerá aos seguintes prazos e responsabilidades:

I - A PGM deverá encaminhar o Relatório Consolidado (Art. 5º), devidamente atualizado com a classificação e mensuração de todas as ações relevantes, ao Setor de Contabilidade.

II - A periodicidade mínima de envio do Relatório será anual: Até o dia 28 de fevereiro de cada ano, para subsidiar o fechamento do Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Parágrafo único. A PGM deverá informar a Contabilidade imediatamente sobre qualquer decisão judicial relevante que altere substancialmente a classificação de risco ou o valor provisionado de uma ação.

Art. 7º. O Setor de Contabilidade, de posse do Relatório Consolidado, é responsável por efetuar os registros contábeis pertinentes (Provisão ou Nota Explicativa) no Balanço Patrimonial.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Sidnei Pato, 18 de novembro de 2025.

Admir José Garbin Júnior
Prefeito Municipal

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 74/2025

REGULAMENTO A FASE DA LIQUIDADAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DE ENGENHEIRO BELTRÃO, DEFINE O FLUXO DE ATESTO E OS DOCUMENTOS COMPROBATORIOS.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no Art. 63 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que define a liquidação da despesa;

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos de verificação do direito adquirido pelo credor, garantindo que o pagamento ocorra somente após o efetivo cumprimento da obrigação;

Considerando os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCESP);

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta os procedimentos, fluxos, responsáveis e documentos necessários para a fase da Liquidação da Despesa pública, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Art. 2º. Nenhum pagamento será efetuado sem a prévia e regular liquidação da despesa.

Art. 3º. A liquidação da despesa tem por fim apurar:

I - A origem e o objeto do que se deve pagar;

II - A importância exata a pagar;

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

III - A quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

CAPÍTULO II
DO FLUXO, RESPONSÁVEIS E DOCUMENTAÇÃO

Art. 4º. O fluxo de liquidação da despesa obedecerá às seguintes etapas e responsáveis:

I - FASE 1: RECEBIMENTO (Unidade Requisitante/Fiscal). O credor entrega o documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura, Recibo) à unidade requisitante ou ao Fiscal do Contrato.

II - FASE 2: ATESTO (Fiscal do Contrato / Responsável pelo Recebimento). O Fiscal do Contrato, ou o servidor formalmente designado para receber o objeto, deverá verificar fisicamente se o serviço foi prestado ou se o material foi entregue em conformidade com as especificações do empenho/contrato.

III - FASE 3: CONFERÊNCIA E FORMALIZAÇÃO (Setor Administrativo/Requisitante). O setor administrativo da Secretaria demandante formaliza o processo, anexa a Nota Fiscal atestada e os demais documentos obrigatórios, e o encaminha ao Setor de Contabilidade/Financeiro.

IV - FASE 4: VERIFICAÇÃO CONTÁBIL (Setor de Contabilidade). O Setor de Contabilidade confere os cálculos, a documentação fiscal e a regularidade do empenho, registrando a despesa como "Liquidada" no sistema.

Art. 5º. O processo de liquidação deverá ser instruído com os seguintes documentos obrigatórios, conforme a natureza da despesa:

I - Para Aquisição de Bens (Material Permanente ou de Consumo):

a) Nota de Empenho;

b) Nota Fiscal correspondente;

c) Atesto do recebimento do material, assinado pelo Fiscal do Contrato ou responsável pelo almoxarifado, confirmando a quantidade e a conformidade com as especificações.

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

II - Para Prestação de Serviços (inclusive Serviços Contínuos):

a) Nota de Empenho;

b) Nota Fiscal/Fatura de Serviços;

c) Atesto do Fiscal do Contrato, confirmando que os serviços foram prestados no período e com a qualidade exigida;

d) Relatório de medição de serviços (quando aplicável);

e) Comprovante de regularidade trabalhista e fiscal (FGTS, INSS), quando exigido em contrato.

III - Para Obras e Serviços de Engenharia:

a) Nota de Empenho;

b) Nota Fiscal correspondente;

c) Boletim de Medição aprovado pelo Engenheiro/Fiscal da obra;

d) Atesto do Secretário da Obra ou autoridade competente.

Art. 6º. Todos os documentos comprobatórios da liquidação, especialmente a Nota Fiscal e o respectivo Atesto do fiscal, deverão ser arquivados em sistema eletrônico oficial ou nos arquivos físicos do Município.

Parágrafo único. Os documentos do caput deverão garantir a rastreabilidade dos documentos e sua vinculação direta ao processo de pagamento e a Nota de Empenho correspondente, principalmente, para acompanhamento no portal da transparência, interligado ao software controlado pelo município.

CAPÍTULO III
DOS PRAZOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. O Fiscal do Contrato ou responsável pelo recebimento terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do documento fiscal, para realizar a conferência e emitir o atesto ou recusar o recebimento de forma justificada.

Art. 8º. É vedada a liquidação de despesa que não tenha sido precedida do regular empenho ou que não contenha o atesto formal do responsável pela verificação da execução.

ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Sidnei Pato, 18 de novembro de 2025.

Admir José Garbin Júnior
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

14ª ETAPA DO PROCESSO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART. 71, IV, DA LEI 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 104/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 152/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da dispensa de licitação nº 104/2025 em favor da empresa **MARCIA DECORACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.051.493/0001-60, com sede na cidade de MARINGÁ - PR, pelo valor de R\$ 5.390,00 (CINCO MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

A homologação da presente dispensa de licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes (ou da Nota de Empenho), bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Dispensa de Licitação, no Órgão Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, combinado com o art. 176, III, da Lei 14.133/2021.

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

15ª ETAPA DO PROCESSO - AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 104/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 152/2025
UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
SUBELEMENTO DE DESPESA: SERVIÇOS DE FESTIVIDADE E HOMENAGENS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS NATALINOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica pela presente AUTORIZAÇÃO, ratificados e confirmados os atos inerentes à contratação da empresa **MARCIA DECORACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.051.493/0001-60, no valor total **R\$ 5.390,00 (CINCO MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS)**.

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

14ª ETAPA DO PROCESSO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART. 71, IV, DA LEI 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 105/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 153/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da dispensa de licitação nº 105/2025 em favor da empresa **BIO RESIDUOS TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 08.660.158/0001-61, com sede na cidade de CAMPO MOURÃO - PR, pelo valor de R\$ 37.600,00 (TRINTA E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

A homologação da presente dispensa de licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes (ou da Nota de Empenho), bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Dispensa de Licitação, no Órgão Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, combinado com o art. 176, III, da Lei 14.133/2021.

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

15ª ETAPA DO PROCESSO - AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 105/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 153/2025
UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
SUBELEMENTO DE DESPESA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E ENCAMINHAMENTO DE RESÍDUOS PARA DESTINO FINAL (12 MESES), EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica pela presente AUTORIZAÇÃO, ratificados e confirmados os atos inerentes à contratação da empresa **BIO RESIDUOS TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 08.660.158/0001-61, no valor total **R\$ 37.600,00 (TRINTA E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)**.

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

14ª ETAPA DO PROCESSO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART. 71, IV, DA LEI 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 106/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 154/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da dispensa de licitação nº 106/2025 em favor da empresa **JIMY CLEITON FERREIRA PRESA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.918.982/0001-00, com sede na cidade de VALENÇA - PR, pelo valor de R\$ 22.800,00 (VINTE E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

A homologação da presente dispensa de licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes (ou da Nota de Empenho), bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Dispensa de Licitação, no Órgão Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, combinado com o art. 176, III, da Lei 14.133/2021.

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

15ª ETAPA DO PROCESSO - AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 106/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 154/2025
UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBELEMENTO DE DESPESA: MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDIÇÃO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica pela presente AUTORIZAÇÃO, ratificados e confirmados os atos inerentes à contratação da empresa **JIMY CLEITON FERREIRA PRESA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.918.982/0001-00, por Dispensa de Licitação, no valor total de **R\$ 22.800,00 (VINTE E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS)**.

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

14ª ETAPA DO PROCESSO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART. 71, IV, DA LEI 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 108/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 159/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da dispensa de licitação nº 108/2025 em favor da empresa **FORÇA DO AÇO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 82.348.285/0001-10, com sede na cidade de CAMPO MOURÃO - PR, pelo valor de R\$ 10.348,47 (DEZ MIL TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

A homologação da presente dispensa de licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes (ou da Nota de Empenho), bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Dispensa de Licitação, no Órgão Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, combinado com o art. 176, III, da Lei 14.133/2021.

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

Quinta do Sol

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

15ª ETAPA DO PROCESSO - AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021).

DISPENSA DE LICITAÇÃO 108/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 159/2025
UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
SUBELEMENTO DE DESPESA: MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELHAS EM VIRTUDE DO OCORRIDO DE 01/11 CONFORME DECRETO DE SITUAÇÃO DE EMERGENCIA 98/25 E DECRETO ESTADUAL 11770/25, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Em atendimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica pela presente AUTORIZAÇÃO, ratificados e confirmados os atos inerentes à contratação da empresa **FORÇA DO AÇO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 82.348.285/0001-10, por Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 10.348,47 (DEZ MIL TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS).

Quinta do Sol, 19 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU
Praça Eleutério Galvão de Andrade, 21 - CEP - 87.250-000
Email: licitacao@peabiru.pr.gov.br - Fone (44) 3531 - 8100
CNPJ - 75.370.148/0001-17

EXTRATO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 036/2025
Processo Administrativo nº 122/2025
Fatores: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, valor: R\$ 75. (...) II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 em outros serviços e compras.

1. DO OBJETO E DO CUSTO ESTIMADO

LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TRIO ELÉTRICO DE SOM PARA TRAJETO DE CAVALGADA A SER REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2025, INCLUSIVE 02 (DOIS) LOCUTORES E 01 (UM) TÉCNICO DE ÁUDIO.

Item	Quant.	Descrição dos serviços	Unid.	Valor Unit. Máx. Aceitável	Valor Total Máx. Aceitável
01	01	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PALCO PARA SHOW NO LOCAL DE SAÍDA E CHEGADA DA CAVALGADA, INCLUSIVE 02 (DOIS) LOCUTORES E 01 (UM) TÉCNICO DE ÁUDIO.	Serviço	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00

Linha de frente de som 8 caixas lineares por lado com 2 alto falantes cada caixa (total 8 lineas) numeração line 2012/2 - 1/4" grade 4 caixas de grave por lado com 2 alto falante cada caixa (total 8 grave) numeração sub grade 2011 - 40000-4 potências suaves.

Mesa de som 1 mesa behringer x 32 digital 1 processador dhs diverx 260 1 mesa de iluminação ml

Palete 1 bateria RMV cabo de baixo cabo de guitarra 1 kit microfone de bateria shure 2 microfones shure sem fio 4 direct mais 4 direct box passivo 1 power play 4 4 saídas.

Iluminação 4 moving beam 10r 2 mini blut 1 máquina de fumaça 4 moving beam 200 4 cabos 2 cabos.

Painted de led ps - outdoor com montagem 4x2 mts.

Incluso 02 (dois) locutores e 01 (um)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU
Praça Eleutério Galvão de Andrade, 21 - CEP - 87.250-000
Email: licitacao@peabiru.pr.gov.br - Fone (44) 3531 - 8100
CNPJ - 75.370.148/0001-17

técnico de áudio		R\$ 13.500,00
VALOR TOTAL MÁXIMO:		R\$ 13.500,00


Para afetar se há interesse ou não de empresas do ramo vale-se o critério de menor preço global. Prazo para apresentação das propostas: 03 (três) dias úteis, sendo até dia 26/11/2025 às 17:00 horas. Endereço eletrônico para envio das propostas: licitacao@peabiru.pr.gov.br.

2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- O caminhão trio elétrico deverá estar no local de início do evento (antigo Vila Santa Fé do Município de Peabiru-Pr) com antecedência mínima necessária para montagem, testes e ajustes técnicos,

Prefeitura Municipal de **Juranda**

CNPJ nº 78.196.753/0001-09



AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE PRESENCIAL SEM DISPUTA
INTENÇÃO DISPENSA SOB Nº 48/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/2025

O Município de Juranda, Estado do Paraná, através da sua Agente de Contratação, com a devida autorização da Prefeitura Municipal, convida para participar do seguinte procedimento licitatório:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E DESASTRE, EM NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DA JURANDA-CR.

TIPO: MENOR PREÇO SEM DISPUTA

Data início do recebimento das propostas dia 24/11/2025
Data fim de recebimento de proposta até às 08hrs25min do dia 26/11/2025
Abertura de propostas e análise de habilitação: dia 26/11/2025
Horário da abertura: 08hrs30min
Fundamentação: ART. 75, INC. I DA LEI 14.133/21

Os documentos de habilitação deverão ser apresentados junto com a proposta.

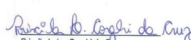
Link Edital: https://juranda.alcanta.com.br/licitacoes/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=1


Prazo para solicitar esclarecimento ao edital: até 2 (dois) dias úteis antes da data da apresentação das propostas.

Endereço eletrônico para envio de Proposta e Documentação: contratos@juranda.pr.gov.br

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Pazo Municipal Mesas Brasil junto ao Departamento de Compras e Licitações. Aquisição do Edital eletrônico: Sem ônus, no site do município (<http://www.juranda.net.br>) e mediante solicitação por e-mail (contratos@juranda.pr.gov.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (41) 3569-1155, ou pelo e-mail.

Juranda, PR 19 de novembro de 2025.


Priscila Leite Corghi do Cízi
Agente de Contratação



MUNICÍPIO DE MAMBORÉ

Estado do Paraná - CNPJ 75.368.929/0001-22
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br

www.mambore.atende.net

AVISO DE LICITAÇÃO - COM INVERSÃO DE FASES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 313/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2025

CONTRATANTE: Município de Mamboré/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PARQUE DE DIVERSÕES DESTINADO ÀS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO, A SEREM REALIZADAS NO PATRIMÔNIO GUARANI NO PERÍODO DE 25 A 28 DE DEZEMBRO DE 2025.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 207.087,48 (duzentos e sete mil, oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

DATAS RELATIVAS AO CERTAME

Recebimento das propostas/documentos: Até às 08h55min do dia 05/12/2025
Sessão pública/lançes: Às 09h00min do dia 05/12/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

ENDEREÇOS:


Local de realização da sessão: <https://tbl.org.br/>
E-mail oficial: licitacoes@mambore.pr.gov.br
Telefone: (44) 3563-8000

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO:

- Portal Nacional de Contratações Públicas
- Portal de Transparência do Município - <https://Mambore.atende.net/portaltransparencia/>
- Diário Oficial do Município - Diário Oficial Eletrônico
- Diário das Licitações Municipais - www.dlm.pr.gov.br
- Jornal de circulação local - Jornal Tribuna do Interior

Mamboré, 19 de novembro de 2025.

MAURO AUGUSTO DA ROCHA
Pregoeiro



CISCOMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - CISCOMCAM

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - CISCOMCAM

AVISO DE LICITAÇÃO

PREÇÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2025

1.1. OBJETO: Registro de Preços, por um período de 1 ano, para eventual e futura aquisição de **MATERIAIS LABORATORIAIS**, beneficiando os usuários do laboratório do Ciscomcam, tendo como referências o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021; conforme especificações do anexo I – Termo de Referência, do presente edital.

1.2. VALOR GLOBAL MÁXIMO: Total: **RS 44.793,03**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 19/11/2025 ÀS 08:00h;

DISPUTA: 03/12/2025 ÀS 09:00h;

RETIRADA DO EDITAL: Portal de transparência
<https://ciscomcam.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes>

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTOS DOS LANCES:
<https://blcompras.com/Home/Login> ;

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Setor de Compras e Licitações - Rua Mamboré, 1542 - Campo Mourão - PR, Fone: (41) 3017-0321. E mail: gsompras@ciscomcam.com.br

Campo Mourão – Pr, 17 de novembro de 2025.

JOÃO DOUGLAS FABRICIO
JOAO DOUGLAS
FABRICIO-6061153
7915

Assinado eletronicamente por
JOAO DOUGLAS
CPF: 20.040.111-19/19
Data: 2025.11.19 09:36:31
8079

RESPONSÁVEL DO CISCOMCAM

TRIBUNA
DO INTERIOR

TRIBUNA
DO INTERIOR